



A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile

Monique Aparecida Voltarelli¹; Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento²

Recibido: 25 de marzo de 2019 / Aceptado: 12 de julio de 2019

Resumo. Os Estudos Sociais da Infância na América Latina têm sido realizados há cerca de trinta anos, adquirindo clara visibilidade em decorrência da promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989. O desenvolvimento deste campo científico inscreve-se em um cenário social múltiplo e desigual, relativo às condições políticas e econômicas dos países que compõem o continente. Observa-se que a preocupação com as vidas das crianças e com políticas sociais a elas dirigidas impulsionam os Estudos da Infância, em processo de expansão e consolidação desde então. A partir de resultados de pesquisas realizadas sobre a Sociologia da infância nos países da América do Sul, o presente texto busca apresentar indicativos do campo em três países, Argentina, Brasil e Chile, bem como as contribuições de pesquisadores para o debate sociológico sobre a infância. Algumas questões são transversais e vão estruturando os objetos de estudo no campo, em busca de melhor compreensão das condições de vida das crianças e das maneiras como elas lidam com situações postas no cenário sul-americano. Identifica-se a matriz europeia presente na produção dos Estudos da Infância, que contribui para a pesquisa na América do Sul, embora as questões e características regionais sejam promotoras de investigações concretas e contextualizadas, fazendo avançar o conhecimento da(s) infância(s) sul-americana(s).

Palavras-chave: Infância; América Latina; Estudos Sociais da Infância; pesquisa.

[es] La infancia en América Latina: aportes del campo de los Estudios de la Infancia en Argentina, Brasil y Chile

Resumen. Los Estudios Sociales de la Infancia en América Latina se desarrollaron hace unos veinte años adquiriendo una clara visibilidad como consecuencia de la promulgación de la Convención sobre los Derechos del Niño (CDN) en 1989. El desarrollo de este campo científico se inscribe en un escenario social múltiple, desigual referente a las condiciones políticas y económicas de los países que la componen. Se observa que la preocupación por la vida de los(as) niños(as) y las políticas dirigidas a ellos(as) promueve los Estudios Sociales de la Infancia, que se encuentra en proceso de expansión y consolidación desde entonces. Desde los resultados obtenidos de investigaciones desarrolladas sobre la Sociología de la Infancia en los países de América del Sur, este texto intenta presentar indicativos del campo en tres países -Argentina, Brasil y Chile, así como las contribuciones de los investigadores para el debate sociológico sobre la infancia. Algunas cuestiones son transversales a los países y van estructurando los objetos de estudio en el campo, para que se pueda comprender las condiciones de vida de los niños(as) y las maneras como ellos(as) lidian con situaciones planteadas en el escenario sudamericano. Se identifica que la producción de los Estudios de la Infancia tiene una matriz europea

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasil.
E-mail: moniquevoltarelli@yahoo.com.br

² Universidade de São Paulo (USP), Brasil.
E-mail: letician@usp.br

y, en ese sentido, hay una evidente contribución a la investigación en América del Sur. Sin embargo, el desarrollo del campo apunta a las cuestiones y características regionales como generadoras de investigaciones concretas y contextualizadas, haciendo avanzar el conocimiento de la(s) infancia(s) sudamericana(s).

Palabras clave: Infancia; América Latina; Estudios Sociales de la Infancia.

[en] Childhood in Latin America: contributions to the field of Childhood Studies in Argentina, Brazil & Chile

Abstract. Childhood Studies in Latin America have been carried out for about thirty years, becoming more visible as a result of the promulgation of the Convention on the Rights of the Child (CRC) in 1989. The development of this scientific field has occurred in on a multiple and unequal social scenario, which is the result of the countries' political and economic conditions. It is observed that the concern for children's lives and the social policies in respect of childhood is the driving force behind Childhood Studies, which are undergoing a process of expansion and consolidation. This article is based on results of research on the Sociology of Childhood in South American countries, and its aim is to present some indicatives of the field in three countries, Argentina, Brazil and Chile, as well as the researchers' contributions to a sociological debate on childhood. Some of the issues are transversal to the countries and giving shape to the objects of study in the field and seeking to better understand children's living conditions and how children are dealing with the various South American scenarios. South American production of Childhood Studies has its bases in European research, but the development of the field feeds upon regional issues and characteristics promoting concrete and contextualized investigations, leading to a better knowledge of South American childhood(s).

Keywords: Childhood; Latin America; Childhood Studies; Research.

Sumario. 1. Introdução. 2. Os Estudos Sociais da Infância em Argentina, Brasil e Chile: alguns aspectos. 2.1. As crianças nas pesquisas. 3. Estudos da Infância e Políticas Sociais. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

Agradecimentos: Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte para realização e desenvolvimento da pesquisa de doutorado intitulada "Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da Sociologia da infância", concluída em 2017, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa "Infância e Sociologia da infância: entre a invisibilidade e a voz", concluída em 2012, das quais são apresentados alguns resultados.

Cómo citar: Voltarelli, M. A., Nascimento, M. L. B. P. (2019): A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile, *Sociedad e Infancias*, 3, 211-235.

1. Introdução

O desenvolvimento dos Estudos da Infância³ nos países da América Latina se inscreve num cenário social múltiplo, desigual, relativo às transformações políticas e econômicas de cada um dos países que a compõem. Além disso nota-se que, no interior de cada país, o campo é demarcado por estruturas distintas, tendo em conta que as instituições acadêmicas e seus pesquisadores seguem determinadas regras postas pelo campo científico. Estas regras vão incidir sobre as traduções de livros e artigos,

³ Childhood Studies ou Estudos da Infância ou Estudos Sociais da Infância, de acordo com diferentes autores ou países.

o alcance do paradigma da infância,⁴ a institucionalização dos grupos de pesquisa, o financiamento para investigações, a proposição de disciplinas, de programas de pós graduação, de eventos científicos, a criação revistas temáticas, dentre outros, que demarcam o contexto da produção científica e o funcionamento do campo (Bourdieu, 1983, 2004). Além disso, instituições e comunidades científicas, segundo Bourdieu (2004), podem apresentar diferenças em relação à capacidade de acumulação de poder político, econômico e científico.

Na América Latina, em geral, estudos da infância e a produção de pesquisa se intensificaram a partir da década de 1980, momento que demarca uma crescente instabilidade social e política e que sinaliza diversas desinstitucionalizações e desconstruções democráticas que resultaram em uma série de movimentos sociais (Unda Lara, 2009). Também nesta década, pode-se notar grande preocupação com os direitos humanos, principalmente em relação aos direitos das crianças, o que promove a incorporação deste tema pelas universidades, principalmente nos departamentos de ciências humanas e sociais. Entretanto, é no final dos anos 1980 e início dos 1990 que o campo da infância vai adquirir clara visibilidade, em decorrência da promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989. Antes disso, os programas dedicados à infância eram praticamente inexistentes e, de acordo com Ziccardi (2001), as reflexões em torno da infância apontavam apenas para as condições sociais das crianças no campo das políticas sociais, em prol de seu estado de bem-estar.

A preocupação com a vida das crianças e as políticas dirigidas a elas impulsiona um campo de estudos que se encontra em processo de expansão e consolidação desde então. Cosse et al. (2011) destacam que, na América Latina, tem-se assistido à multiplicação de publicações, a partir de pesquisas em nível de mestrado e doutorado que têm como objeto central a infância. Acrescentam que a expansão deste campo apresenta diversas linhas e correntes de produção, com particularidades⁵ que são lhes próprias. Estas particularidades convocam um espaço multidisciplinar para dar conta da diversidade de problemáticas presentes nas investigações, que demandam o olhar para o objeto a partir das distintas contribuições teóricas, historicamente acumuladas.

Nessa linha, segundo Rodriguez Pascual (2000), o diálogo entre as disciplinas contribui com os estudos da infância, pois a decomposição de um problema em vários pontos de análise científica permite uma interpretação global do fenômeno. Assim, pensar o campo a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar favorece a integração de várias disciplinas para abranger as dimensões da infância na sociedade.

Para Sánchez Parga (2004), compreender o campo diante dos fenômenos sociais relacionados a infância e adolescência nos dias atuais implica considerar alguns elementos essenciais: a) a razão administrativa; b) os pressupostos críticos; c) as implicações metodológicas; d) a atual construção sociológica sobre criança; e) os níveis de discursividade sobre a infância e adolescência; e f) os discursos e as práticas suscitadas no campo da infância. Estes elementos apontam situações e desafios para o campo da Sociologia da infância, para que de fato se possa compreender e expli-

⁴ James e Prout (1990).

⁵ Os campos compartilham a compreensão da infância enquanto categoria permanente na estrutura social; as crianças como atores sociais com capacidade de agência; e a infância enquanto fenômeno socialmente construído, afetado por mudanças culturais, políticas, econômicas e históricas.

car a infância em todas as suas formas e processos, bem como apreender o sistema de relações e ações sociais nela implicados, a fim de contribuir não apenas com a interpretação social da infância, mas promover mudanças nas estruturas e processos sociais e estatais. Segundo o autor,

Una sociología no se construye *directamente* en base de *problemas sociales*, sin a partir de una transformación de estos en *problemas sociológicos*; y en este preciso sentido tal enfoque sociológico de una *sociología de la infancia* establece el principio y el método de la investigación de la problemática, procesos y condiciones de la infancia en una sociedad determinada (Sánchez Parga, 2004: 17-18; grifo no original).

Considerar as singularidades locais e históricas latino-americanas sobre as crianças e a infância demanda compreender como estas são estudadas/pesquisadas em cada contexto cultural e geográfico, considerando também a forma que os diálogos teóricos foram contribuindo para elaboração de políticas sociais em cada país. Para Cosse et al.,

Los estudios han mostrado la importancia de la circulación de ideas, definiciones e imágenes en las dinámicas de institucionalización y de construcción de percepciones sobre la infancia. Esta dimensión ha complejizado nuestra manera de comprender la construcción social, cultural y política y ya puesto en relación los contextos nacionales con la escala transnacional (Cosse et al., 2011: 19).

Unda Lara (2009) destaca que o campo, na América Latina, em geral, enfrenta dificuldades em termos institucionais, acadêmicos e profissionais. Isto quer dizer que ainda não se reconhece a devida importância da Sociologia da infância nos projetos de intervenção social, assim como sociólogos e antropólogos não tem composto as estruturas institucionais na mesma intensidade e amplitude que profissionais historicamente relacionados ao trabalho com a infância, tais como psicólogos, pedagogos e profissionais da saúde, por exemplo, embora reconheça-se a contribuição do campo e o dialogo interdisciplinar como enriquecedor para a compreensão teórica do fenômeno infância.

Segundo Marre (2013), o desenvolvimento do campo ocorre em paralelo aos estudos de gênero, ressaltando as mulheres e crianças como atores sociais, o que possibilitou avançar em diálogos mais inclusivos tanto no âmbito científico quanto em termos sociais e culturais.

Voltarelli (2017) aponta que o reconhecimento e o desenvolvimento do campo têm sido ampliados no contexto sul-americano,⁶ presente em congressos e associações latino-americanas de Sociologia, bem como em eventos científicos e acadêmicos em âmbito internacional, nacional e regional no continente. Nesta direção, Carli (2011: 31) acrescenta que o campo dos Estudos Sociais da Infância é relativamente recente, porém tem produzido conhecimento de “alta qualidade acadêmica” apon-

⁶ Em âmbito latino-americano, o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) possui um grupo de trabalho intitulado “GT-Juventudes e Infancias”; a Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) contém um grupo de trabalho denominado “GT 21-Sociología de la niñez, juventud y envejecimiento”; a Bienal Latinoamericana y Caribeña de Infancias y Juventudes é um evento que convoca mesas de trabalho para discussões interdisciplinares no campo dos estudos da infância.

tando horizontes auspiciosos para com as agendas públicas e avanços na compreensão das experiências singulares e históricas das crianças.

Pensar a infância latino-americana pressupõe considerar algumas características centrais que impactam e modificam a experiência da infância nos países que a compõem. Conhecido como continente da desigualdade social, pode ser demarcado, como indicam Alvarado e Llobet (2013: 29) por: a) uma limitada possibilidade de participação socioeconômica e cultural dos grupos menos favorecidos; b) situações de discriminação, segregação e subordinação são facilmente identificados nos contextos sociais; c) grupos submetidos e os grupos dominantes têm notável capacidade de reprodução intergeracional; d) desigualdade ligada ao colonialismo e a globalização. Em síntese, são estes os fatores implicados no estudo e análise das condições da existência e dos significados da “infância” na região.

Considerando a abrangência da América Latina, este artigo vai tratar do desenvolvimento do campo dos Estudos Sociais da Infância em três países. Os dados referentes à Argentina e ao Chile foram coletados por meio de uma investigação doutoral (Voltarelli, 2017), realizada entre 2013 e 2014, a partir de um levantamento da produção sobre a infância⁷ nos países hispano falantes da América do Sul, realizado nas seguintes etapas: 1) procura em diferentes websites pelos estudos sociais da infância em países falantes da língua espanhola; 2) identificação das referências bibliográficas nestas produções; 3) procura pelos (principais) pesquisadores da infância; 4) contato com os pesquisadores por e-mail; 5) definição de dois países para realizar a pesquisa de campo; 6) visita aos países (a) para entrevistar os pesquisadores e procurar por suas produções acadêmicas, (b) investigação e buscas nas bibliotecas das universidades visitadas. Foram incluídas todas as produções que apresentavam relação com o paradigma da infância (James, Prout, 1990).

Foram encontrados pesquisadores e textos em oito países, a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela por meio de 1165 publicações, sendo que, destas, 501 estavam relacionadas com o campo da Sociologia da infância. A produção do Paraguai não se relacionava com o campo e, portanto, não foi considerada para as análises. Argentina e Chile foram os países escolhidos para a realização das entrevistas pelo fato de os pesquisadores apresentarem maior aproximação com o campo e pelo pronto retorno por correio eletrônico. Acrescente-se que Argentina foi o país que revelou a maior quantidade de pesquisadores e a segunda maior quantidade de publicações; o Chile se destacou por conter produções da infância a partir de diversas áreas e grupos de pesquisa que estão envolvidos com as temáticas da infância.

Os dados sobre o Brasil partem de pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da infância e Educação Infantil (GEPSI)⁸ entre 2010 e 2012, a qual mapeou⁹ os grupos de pesquisa que trabalham com a Sociologia da

⁷ Descritores: estudios de la infancia; sociología de la infancia; infancia; niñez; participación infantil; cultura infantil; derecho de los niños; ciudadanía de los niños.

⁸ O Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil é coordenado por Maria Leticia B. P. Nascimento.

⁹ A partir de busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e em portais eletrônicos das Universidades, tendo como descritores sociologia da infância; infância e sociedade; criança e sociedade; sociologia da criança; estudos sociais da infância; culturas infantis; cultura infantil; cultura da infância; geração; reprodução interpretativa; criança como sujeito de direito; criança e direitos sociais; ator social; agente social e agência.

infância no país (Nascimento et al, 2013). A investigação localizou 23 grupos de pesquisa que forneceram indicativos sobre as formas como a infância é pesquisada, as temáticas e metodologias mais frequentes, e a relação com as políticas públicas.

O texto a seguir apresenta alguns aspectos históricos sobre o campo dos Estudos Sociais da Infância na Argentina, Chile e Brasil, o como as crianças tem sido abordadas nas investigações científicas e as relações com as políticas sociais, elementos presentes nas pesquisas realizadas, buscando visibilizar a(s) infância(s) e o campo de seus estudos, na América do Sul.

2. Os Estudos Sociais da Infância em Argentina, Brasil e Chile: alguns aspectos

Os debates sobre a infância na Argentina e no Chile foram iniciados no final dos anos 1980 e início da década de 1990, a partir de campos disciplinares distintos, como a Antropologia da educação, a Sociologia da educação e da família, os direitos humanos, a Psicologia social, a História social e a Sociologia da juventude, estudos de religião e estudos rurais. A militância em relação aos direitos das crianças e à CDC foi marcante para a estruturação do campo dos Estudos Sociais da Infância nestes países.

Na Argentina, os estudos e investigações socio-antropológicas da infância, as políticas sociais para a infância, os direitos das crianças, as crianças em situação de rua, as pesquisas com crianças e inclusão social da infância foram temas frequentes na produção científica. Esses temas se sobressaem principalmente pela relação com o contexto histórico, econômico, político e social do país.

As décadas de 1980 e 1990 na Argentina foram marcadas pela estabilidade democrática, mas também pelo aumento da pobreza. A crise econômica de 2001 promoveu a observação de seu impacto na vida das crianças, a partir de dois eventos: por um lado, a consideração das crianças como sujeitos históricos começa a ganhar visibilidade na sociedade argentina, como reconhecimento de seus direitos, consequência da ratificação da CDC, o que produziu também mudanças no campo dos saberes sobre a infância. Por outro, a crise provoca o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, o processo de descentralização política, o aumento da desigualdade social (Bandeira, 2002; Merklen, 2005; Rubiatti, 2014), entre outros fatores que resultam no menor acesso ao exercício de direitos (Campos, 2012).

Segundo Carli (2010) e Llobet (2011a), as mudanças na estrutura social argentina promoveram modificações nas relações geracionais, em paralelo a uma crise de autoridade na família, na escola e na sociedade, fatores que produziram a ampliação da violência física e sexual contra as crianças, o crescimento do trabalho infantil e o aumento do número de crianças em situação de rua (Lenta, 2013; Litichever, 2009).

Para Llobet (2009, 2011b), o fortalecimento do trabalho científico de campo e as investigações etnográficas possibilitaram pesquisar as intervenções estatais e as relações das instituições com as crianças, de maneira a compreender a experiência infantil e a reconhecer as vozes das crianças sob o enfoque dos direitos.

Pesquisadoras como Szulc e Cohn (2012), Milsten (2010) e Llobet (2011a) apontam que os estudos sociais e antropológicos da infância estiveram marginalizados até a década de 1990, e que as crianças não tinham um espaço próprio no campo científico. Áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a Antropologia e o Direito tinham como inspiração para seus estudos a teoria foucaultiana, pois, com a

inserção das instituições para menores e os discursos sobre controle social, o tema da menoridade estava em pauta no país.

Essas mesmas autoras ressaltam que os estudos da infância na década de 1990 foram influenciados principalmente pelo conceito de socialização, no qual as crianças são vistas como receptoras passivas da agência adulta. Entretanto, com a CDC, houve uma crescente discussão sobre os temas da inclusão social e do direito das crianças, o que fez com que sua passividade começasse a ser questionada.

No Brasil, até a década de 1980, pode-se reconhecer que o destaque à infância pobre, abandonada, em situação de risco ou delinquência, ou em condição de trabalhadora, predominou nas Ciências Sociais, constituindo o discurso e as políticas voltadas para “o menor” (Alvim e Valladares, 1988; Castro e Kosminsky, 2010). Em levantamento realizado no final dos anos 1980, Alvim e Valladares (1988) constatam que a literatura acadêmica sobre o menor, considerado como problema social, aponta para a “legitimidade do tema para a academia”, e, ao mesmo tempo, para o “espaço criado no âmbito das várias áreas do conhecimento (Psicologia, Sociologia, Antropologia) para a análise dos fenômenos relativos à criança pobre brasileira” (Alvim e Valladares, 1988: 13). Pode-se dizer que, em paralelo, estudos sobre evasão e repetência escolar, focalizados nas crianças pobres, conviviam com estudos sobre o desenvolvimento infantil na escola, tomando o “aluno” como referência, realizados numa convergência entre Educação e Psicologia.

A pesquisa sobre o trabalho infantil, de acordo com Castro e Kosminsky (2010), o visibilizou a partir de estudos sobre a migração e a industrialização no país. As pesquisadoras constatam que “o trabalho infantil foi lentamente estabelecido como tópico de pesquisa” (Castro e Kosminsky, 2010: 212). Acrescentam que

O regime de visibilidade sob o qual a infância era então construída pelas Ciências Sociais, apesar das tentativas que visavam colocar as crianças pobres e negligenciadas na agenda política e social, subestima os contextos complexos e variados, os problemas e contribuições da infância no Brasil. Foi somente nas décadas que se seguiram que emergiu um cenário mais diverso, construindo a infância a partir de diferentes perspectivas e, mais importante, imaginando uma nova maneira de conceber crianças, que não como objetos de cuidado ou controle (Castro e Kosminsky, 2010: 213).

A promulgação da Constituição Federal (CF88) brasileira, em 1988, a elaboração e publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, como lei federal, e a ratificação da CDC vão promover essa nova maneira de conceber a infância, como parte do processo de redemocratização do país. As crianças, compreendidas como sujeitos de direitos, provocam a produção de significativo número de pesquisas, muitas delas realizadas a partir de uma convergência entre várias áreas disciplinares, como Serviço social, Educação, Psicologia, Direito, Saúde pública, Artes, além das Ciências Sociais.

Em torno dos anos 2000, começam a surgir publicações da Antropologia da criança (Cohn, 2005; Nunes, 1999; Silva, 1987; Silva et al., 2002) e dos historiadores (Freitas, 1997; Marcilio, 1998; Priore, 1991, 1999; Venâncio, 1999). Em relação à Sociologia da infância, uma primeira referência brasileira foi a publicação de dois artigos de Quinteiro, em 2002, sobre a emergência do campo. Em 2005, foi lançado um primeiro dossiê, organizado por pesquisadoras brasileiras, com textos de auto-

res internacionais (Delgado e Müller, 2005). O estudo de Nascimento et al. (2013) constata que a Sociologia da infância se constituiu no Brasil principalmente em sua interface com a Educação, notadamente a Educação Infantil.

Os novos estudos da infância, que buscaram ir além do “menor” e do “aluno”, focalizaram a

[...] produção de subculturas urbanas por crianças (Castro, 2004), as práticas de consumo por crianças (Castro, 1998; Vasconcelos e Freitas, 2005), a Geografia da infância e contextos situacionais (Lopes e Vasconcellos, 2005; Martins, 1993), a produção de práticas cotidianas por crianças (Faria et al., 2002; Kosminsky e Daniel, 2005; Souza, 2000) e as crianças e a mídia (Fischer, 2001; Pacheco, 1998) (Castro e Kosminsky, 2010: 217).

Cabe considerar que, no Brasil, o campo dos Estudos Sociais da Infância está consolidado (Rosemberg, 2010; Cohn, 2013), presente em teses e dissertações, em diversas coletâneas publicadas na forma de livros ou em revistas acadêmicas, em eventos, em disciplinas propostas em cursos de graduação e de pós-graduação em universidades, em grupos de estudos e trabalho.

No Chile, os temas mais frequentes nas publicações têm relação direta com o contexto sócio histórico do país e com as mudanças políticas e econômicas. Observa-se que as representações sobre as crianças e a infância estão associadas a discussões sobre a modernidade, a questões de gênero e geracionais e ao campo da Sociologia da Juventude e da Infância, nas quais as crianças são consideradas portadoras de direitos e atores sociais.

No início da década de 1990, foram formulados planos e programas nacionais a favor da infância, com a intenção de dar conta dos principais problemas sociais que envolviam as crianças, como maus-tratos, drogas, abandono, abusos, conflitos com a justiça, violência, necessidades educacionais especiais, além da preocupação com o desenvolvimento e com a educação. Nota-se que o trabalho infantil não foi pautado nesses programas, sendo objeto de discussão somente no final da década, o que gerou ações para sua erradicação e para a proteção das crianças.

Com a ratificação da CDC, as práticas de repressão e controle social começaram a ser questionadas, principalmente no que se referia às crianças em situação de risco, mas ações assistencialistas foram mantidas, assim como a posição de vulnerabilidade¹⁰ das crianças. Entretanto, a política de proteção integral da infância, que buscou igualar as oportunidades de desenvolvimento das crianças chilenas em suas múltiplas dimensões, pode ser considerada um ganho (Rojas Flores, 2010).

Dentre os temas de destaque no estudo da infância no Chile está o consumo infantil. Com as políticas neoliberais e a abertura econômica, as crianças passaram a ser foco do mercado do consumo por meio da publicidade e da propaganda, principalmente de brinquedos e guloseimas, reforçando, também, estereótipos de gênero

¹⁰ Destaque para Landsdown (1994), que aponta que há duas interpretações para o termo: “A vulnerabilidade *inerente*, tem a ver com a debilidade física, a imaturidade, a falta de conhecimento e experiência das crianças que as torna dependentes da proteção do adulto – este aspecto é inquestionável e tão mais visível quanto mais pequena for a criança. A vulnerabilidade *estrutural*, relaciona-se com a falta de poder político e econômico e de direitos civis das crianças. A vulnerabilidade estrutural é uma construção social e política, que deriva de atitudes históricas e das presunções acerca da natureza da infância e da própria sociedade” (Landsdown, 1994 apud Soares, 2005: 2, grifos nossos).

e influenciando as relações geracionais. Esse fenômeno esteve associado à independência das crianças em relação às decisões sobre seu próprio consumo e em termos culturais. Vergara e Vergara (2010, 2011) apontam que a televisão e a influência da publicidade associaram condutas das crianças a aspectos sociais, sensoriais, emocionais e autônomos na escolha e uso de determinados produtos.

Nos últimos anos, evidencia-se no país estudo sobre o movimento no processo migratório, que tem despertado interesse científico sobre a participação das crianças. Esse movimento, iniciado pelas mulheres, atraídas principalmente pelas oportunidades de trabalho no terceiro setor, pode ser visto como projeto familiar, em busca de melhor qualidade de vida, e inclui a imigração infantil, observada continuamente nos estudos e pesquisas entre 2010 e 2013. Dessa forma, as temáticas gênero e relações intergeracionais foram facilmente identificadas na produção científica, retratando as experiências das crianças nos processos migratórios e sua inserção escolar e social.

Essa breve contextualização dos três países apresenta indicativos para o campo dos Estudos Sociais da Infância e as contribuições dos pesquisadores para o debate sociológico sobre a infância. Algumas questões são transversais aos países e vão estruturando os objetos de estudo no campo, em busca de compreender as condições de vida das crianças e as maneiras como elas lidam com situações postas no cenário sul-americano.

Também é possível dizer que os pesquisadores estão cada vez mais atentos para focalizar a perspectiva das crianças sobre os elementos que afetam suas vidas e considerar seus pontos de vista na pesquisa acadêmica. Ademais observa-se que os aspectos éticos, a neutralidade da pesquisa científica, a promoção de ambientes de participação nos espaços sociais para as crianças são algumas das questões que constituem desafios para a investigação científica e para a elaboração de uma agenda política que considere as contribuições dos estudos da infância para a formulação de novas políticas.

2.1. As crianças nas pesquisas

De acordo com Gaitán Muñoz (2014) compreender a forma de ser criança hoje implica considerar os indicadores sociais, culturais e geográficos nas distintas formas de vida social. Segundo a pesquisadora, ser criança hoje não é o mesmo que há cinquenta anos atrás, assim como ser criança na Europa é diferente de ser criança na América Latina, ou na África, por exemplo. Nessa linha, Voltarelli, 2017 buscou examinar estudos realizados na América do Sul sobre/com as crianças e organizar a produção científica a partir de temas ou contextos predominantes.

As investigações sobre/com crianças em ambiente escolar têm sido frequentes nos estudos científicos dos três países. Na Argentina as produções sobre o ambiente escolar partem do princípio de que as crianças são competentes, agentes ativas, capazes de negociar e reinventar as informações e os modos de vida que lhes são oferecidos, e, nessa linha, as investigações empíricas fazem uso de instrumentos de coleta de dados realizados pelas próprias crianças.

Pesquisas realizadas por Milstein (2009, 2010, 2011) apontam as relações entre os processos de institucionalização e a vida escolar, apoiando-se em estudos etnográficos e em narrativas das crianças, coautoras em algumas investigações, para compreender as práticas educativas por suas vozes. Segundo a pesquisadora, os espaços de participação das crianças no meio científico têm retratado “narrativas que incluem

ações de aprendizagem performativas que carregam práticas complexas de gênero, sexualidade, etnicidade e classe social” (Milstein, 2011: 11).

Atentas às aprendizagens das crianças no contexto educativo formal e familiar, as produções de Padawer (2010a, 2011a) e Szulc (2011, 2014) abordam as relações das crianças indígenas com o ambiente escolar, discutindo aprendizagens intergeracionais e projetos educativos destinados a estas crianças. As experiências das crianças indígenas retratam a participação na vida laboral da comunidade e na escola. Apoiadas nos estudos socio antropológicos da infância, as pesquisadoras afirmam que o conceito geracional é fundamental para o estudo das crianças na sociedade, pois não se deve negar sua vinculação com os outros grupos etários (Szulc, 2008: 604), uma vez que a infância é um produto sócio histórico decorrente de um processo relacionado a contextos complexos, imprecisos e heterogêneos nas distintas sociedades.

No Brasil, o desenvolvimento do campo da Sociologia da infância está estreitamente ligado com a educação infantil, o que se constatou a partir do exame de grupos de pesquisa que trazem autores, conceitos, e referências do campo nas investigações com e sobre as crianças pequenas, e que produzem conhecimento (Nascimento et al., 2013). O estudo aponta que a educação infantil se distancia das demais etapas educativas em relação às concepções e propostas anunciadas, e que apresenta, propõe e persegue um novo olhar para as crianças e suas vivências, isto é, defende o lugar das crianças como sujeitos de direitos e reforça a concepção de infância prevista na legislação em vigor no país.

Os grupos de pesquisa examinados, fundados a partir dos anos 2000, optam por incorporar as referências da Sociologia da infância em seus estudos e pesquisas. Dessa maneira, a concepção de criança como ator no campo social tem promovido outro tipo de conhecimento sobre as crianças, suas interações e brincadeiras nos espaços e rotinas das instituições de educação infantil, a partir das falas e ações das crianças em interdependência com os adultos. Em outras palavras, de modo geral, as crianças da educação infantil têm sido investigadas nas múltiplas relações que estabelecem nas experiências cotidianas. Segundo Coutinho “Uma perspectiva interpretativa que permita conhecer as crianças, desde bebês, e as suas realidades sociais e culturais de vida parece já estar em curso em nossos estudos” (Coutinho, 2016: 771).

No Chile, a produção sobre o contexto escolar apresenta indicativos sobre as relações intergeracionais, principalmente no âmbito da participação, identificada como ponto forte nas discussões científicas, ressaltada a necessidade de se recuperar a voz das crianças nas instituições. A partir de críticas ao modelo tradicional escolar e à visão das crianças como sujeitos dominados e que devem obediência, as pesquisas (Chávez; Fuentes, 2010; Peña Ochoa, 2010; Vergara, 2008a) destacam a escuta como dispositivo inicial para repensar as relações entre adultos e crianças no ambiente educativo, reexaminando o lugar por elas ocupado, de forma que o discurso da proteção não seja mais um impeditivo para sua participação e protagonismo.

As publicações ressaltam que a escolarização tradicionalmente foi associada com socialização, proteção, preparação para o mercado de trabalho, atenção e controle, o que configurou o papel da escola como espaço normativo, moralizador e unificador. Esta racionalidade, que sustentou a visão moderna de infância, pautou as ações do Estado, promovendo regulamentação política, principalmente para as crianças que fogem à norma da infância, consideradas à sua margem (Vergara, 2001, 2004, 2008b).

Segundo Peña Ochoa (2004) e Vergara (2008b), a institucionalização das crianças esteve vinculada à Doutrina da Situação Irregular chilena, que se propôs a guardar

e proteger as crianças sob responsabilidade do Estado, para garantir um espaço em que os menores pudessem ser corrigidos e disciplinados. Essa concepção de crianças como menores esteve vinculada a ideia de que elas não poderiam participar das decisões que as afetavam, sendo considerados sujeitos vulneráveis e necessitando proteção. Pavez-Soto (2007), critica essa compreensão das crianças defendendo que a vulnerabilidade é uma condição humana presente em todas as fases da vida, ou seja, trata-se de interpretação arbitrária, exclusiva e discriminatória quando voltada a uma idade definida.

Os textos indicam a necessidade de resgatar as crianças da subordinação à Sociologia da Educação, para que se possa superar as noções tradicionais e unilaterais de socialização, bem como questionar o adultocentrismo.¹¹ Também pontuam a importância de estudá-las por seu próprio direito e torná-las visíveis no campo científico e social (Chávez; Fuentes, 2010; Pavez Soto, 2012b; Vergara, 2008a).

Em relação às crianças à margem, observa-se que, na Argentina, o campo da Psicologia influenciou a elaboração de ações políticas voltadas à minoridade, que revelam a predominância do discurso orientado a práticas institucionais e estratégias de intervenção como dispositivos para o governo da infância (Llobet, 2010). Tais ações expressam relações de dominação, numa perspectiva geracional, e invisibilizam a agência das crianças, colocadas em uma situação de marginalidade, e frente a situações desiguais de poder (Gentile, 2008).

Após a ratificação da CDC, que considerou todas as crianças como sujeitos de direitos, nota-se um aumento de publicações, nas quais se destacam investigações voltadas à análise de propostas de gestão, e ao desenvolvimento de políticas para a infância sob o enfoque dos direitos. Os textos enfatizam demandas para a elaboração de uma agenda política voltada à garantia do exercício da cidadania das crianças e adolescentes.

Neste aspecto, Llobet argumenta que retirar as crianças da condição de menor e compreendê-las como cidadãs demanda um “tipo de discurso que permita o desenvolvimento das experiências das crianças e adolescentes, que as inclua em sua construção de necessidades, demandas e direitos” (Llobet, 2006: 156). Observa-se que a perspectiva da criança como menor aparece em pesquisas que interrogam as instituições destinadas ao atendimento destas crianças, com destaque especial às formas de governar a infância, em contraposição aos direitos de participação, provisão e participação previstos pela CDC, e às políticas públicas.

O tema minoridade também se apresenta nas produções que discutem as crianças em situação de rua. A figura do menor dá forma à institucionalização das crianças, esta definida como espaço para as crianças em situação de rua e para seu ‘tratamento’, visto que são consideradas perigosas, em perigo, abandonadas, delinquentes etc. (Gentile, 2010; Litichever, 2012; Llobet, 2006; Singlau, 2015; Szulc; Cohn, 2012).

A partir de discussões sociológicas e de pesquisas microssociais, o estudo de crianças em situação de rua provoca reflexão sobre espaços urbanos e sobre a forma como estas crianças não modificam apenas este espaço, mas se tornam um fato social relevante, acarretando preocupações do setor público, dos organismos não governa-

¹¹ “No Brasil identificamos tal preocupação na utilização do termo “adultocentrismo” já na segunda metade da década de 1970 pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg. A pesquisadora, referência internacional no estudo das políticas para a educação infantil e das desigualdades na infância, utiliza o termo para questionar a centralidade no adulto quando do desenvolvimento de pesquisas com as crianças” (Coutinho, 2016: 764, grifo no original).

mentais e das investigações científicas. Alguns trabalhos se mostram especialmente atentos às formas de respostas das crianças face a situações de pobreza, desavenças familiares, exclusão social e estratégias de sobrevivência nas ruas, sendo que este último aspecto frequentemente esteve relacionado a categoria gênero (Gentile, 2008). As publicações indicam que o fenômeno das crianças em situação de rua é multicausal e frequentemente abordado pelas produções científicas relacionadas a temas como políticas sociais da infância e trabalho infantil. Esta produção, em sua maioria, tem caráter socio antropológico, em diálogo com elementos da Psicologia Social em algumas investigações.

Segundo Castro e Kosminsky (2010), a pesquisa brasileira sobre o menor foi iniciada a partir de um número crescente de crianças perambulando pelas ruas e da incidência de infrações por elas cometidas, com vistas à criação de políticas sociais para esse grupo, na década de 1970 e, na década seguinte, há um aumento expressivo de pesquisas, notadamente no campo das Ciências Sociais. Entretanto, durante as décadas de 1990 e 2000,

[...] o resultado do investimento em pesquisa de ONGs e organizações internacionais [que se instalam no Brasil] torna o conhecimento mais acessível a ser divulgado pela mídia e incluído no debate público, ao invés do que é produzido pelas ciências sociais acadêmicas (Castro e Kominsky, 2010: 216).

Ao mesmo tempo, assinalam as pesquisadoras que:

[a] perspectiva de pesquisa das crianças como um “problema social” exigindo políticas em termos de educação ou institucionalização foi certamente ampliada e revigorada por conta da nova representação das crianças como sujeito de direitos, reforçada pelo ECA e pela discussão pública que se seguiu (Castro e Kosminsky, 2010: 218).

Em recente levantamento da produção acadêmica nacional sobre população infantil e adolescente em situação de rua, Rizzini e Couto (2019) apontam os principais temas abordados na produção acadêmica nacional, publicada entre 2000 e 2015: a caracterização da vida na rua, experiências e representações; o afastamento de casa; as relações familiares; as instituições de acolhimento; a violência; o consumo de drogas; o trabalho infanto-juvenil; a escola e a saúde.

Pesquisa de Marchi (2007, 2017) transforma o estudo das crianças nas ruas, revendo a representação de vítima ou de delinquente a partir da perspectiva do ator social. Diz a pesquisadora que:

[a] vida das crianças nas ruas deve, portanto, ser considerada como resultado de múltiplas influências de elementos objetivos e subjetivos que cada criança organiza - com mais ou menos domínio - de maneira *ativa*. São essas competências que é preciso reconhecer e conhecer se realmente queremos compreender sua situação (Marchi, 2017: 631, grifo no original).

Nessa linha, a presença da Sociologia da infância na análise das crianças em situação de rua provoca “pensar o mundo com a sua participação e modo próprio de pensar e agir” (Marchi, 2017: 633). Não se trata de concebê-las como ‘naturalmente’

competentes, nem de atribuir a elas um grau de conhecimento e autonomia que não corresponde à realidade. Segundo Marchi,

[...] o que se transformou foi o modo como a sociologia passou a entender a participação das crianças na construção do mundo em que vivem – tanto o “infantil” quanto o “adulto” (e que as antecede, envolve e ultrapassa) e não suas condições concretas de existência como indivíduos menores de idade a quem são negadas as competências “adultas” (2017: 633, grifos no original).

Tema bastante presente nas publicações acadêmicas argentinas, o trabalho infantil¹² é pesquisado sob dois diferentes pontos de partida. No primeiro, pesquisadoras (Llobet, 2012b; Macri, 2013) reconhecem a complexidade presente no fenômeno, geralmente vinculado à marginalidade social e às situações laborais precárias e, nessa linha, aborda-se o direito das crianças à proteção, à segurança e à educação, em prol da erradicação do trabalho infantil. No segundo, o trabalho é visto como um direito das crianças, compreendido como lugar de ricas experiências formativas que permitem a participação social e econômica, a aprendizagem cultural, o ganho de responsabilidade e de autonomia, além de constituir boa oportunidade para as transmissões geracionais (Llobet, 2012; Padawer; Enriz, 2009; Szulc, 2013).

Nesse segundo ponto de vista, apoiado em Qvortrup (1995), as publicações apontam que tanto a separação das crianças do trabalho remunerado quanto a escolarização obrigatória constituíram a destinação das crianças nas sociedades industriais, embora estas não tenham deixado de fazer parte do processo produtivo, pois trabalham dentro e/ou fora do ambiente familiar, de forma remunerada ou não. Além disso, nos lembra o pesquisador, a escola faz parte do processo de produção destas sociedades, preparando e formando capital humano.

De acordo com Llobet (2012), o trabalho infantil implica reflexões sobre as condições laborais e sobre os limites estabelecidos para que este se realize, ou seja, compreender e considerar as diversas formas em que este fenômeno pode se manifestar. Paralelamente, é válido pensar que a contribuição laboral das crianças não é apenas um esforço para a acumulação de capital para o lar, mas uma ‘interação social vital’” (Llobet, 2012: 323) e pode produzir benefícios para os participantes desta interação social, ao mesmo tempo em que valoriza o protagonismo e a agência social das crianças nas estruturas sociais.

Destaca-se, ainda, a pluralidade da infância no continente, pois as crianças têm diferentes experiências interculturais (Padawer, 2010b) e diversos pertencimentos étnicos, de identidade e de espaço (Szulc; Cohn, 2012), havendo a necessidade de analisar o contexto geográfico, econômico e cultural onde estão inseridas para pensar as relações estabelecidas com o trabalho (Llobet, 2012; Macri, 2010).

Presente principalmente na pesquisa chilena, a investigação sobre/com crianças imigrantes tem revelado as dificuldades e o sofrimento vivenciados por elas. A produção, de cunho macro e microssocial, indica que as crianças imigrantes geralmente são segregadas em função do gênero, classe social e nacionalidade. Na pesquisa realizada com crianças, verifica-se que elas demonstram dificuldades de integração social, tendo suas experiências marcadas por discriminação, controle, inferioridade e submissão, tanto no âmbito doméstico, quanto no escolar, no país em que são

¹² No Brasil, recomenda-se a leitura de Rosemberg & Freitas (2002); Moraes (2007); Prado (2009, 2013).

imigrantes, o que afeta sua autoestima e construção identitária (Pavez Soto; Lewin, 2011). Além disso, os estudos apontam que são sujeitas à violência física e verbal, sendo vítimas de abuso sexual e tornando-se mão de obra barata, para contribuir com a renda familiar. As meninas relatam receber menos alimentos, possuir maior carga de trabalho e ter menos tempo para recreação (Pavelic; Salinas, 2012).

Importante indicar que questões de gênero estão presentes ou atravessam diversos estudos chilenos. Naqueles sobre as crianças rurais, identificam-se publicações que apresentam e discutem como as crianças aprendem os papéis definidos socialmente nas tarefas agrícolas, familiares e escolares. A partir de investigações etnográficas e microsociais com crianças, constata-se em seus discursos a redução e a desvalorização das mulheres por meio da atribuição de valores negativos às ações relacionadas ao seu papel social, além de perceber-se o reforço de estereótipos, como a de fragilidade feminina e a imagem masculina de provedor e protetor. Neste aspecto, as crianças acrescentam ainda que os homens podem fazer tudo e as mulheres não, e aprendem que demonstração de afeto ou de sofrimento é incoerente com as formas de dominação masculina (Salinas; Pavelic, 2011, 2012).

Livros publicados por Pavez Soto (2010a, 2012a) e Salinas e Pavelic (2011, 2012) ressaltam a construção da masculinidade em âmbito relacional, associado à forma como os homens se relacionam com as mulheres, com as condições de trabalho e com as demais atividades atribuídas para os sexos, o que reafirma a desigualdade de oportunidades, reforça estruturas de domínio masculino, configura a hierarquização entre os gêneros e a identidade estabelecida por meio de conceitos estereotipados. Em relação à família, está presente a desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho e a submissão e inferioridade das meninas no âmbito doméstico. Segundo Pavez-Soto (2010b, 2012a), a família é um espaço de controle e socialização das crianças, no qual os papéis de gênero são internalizados de acordo com a posição que assumem os pais e as mães.

No que se refere à imigração, Pavez Soto e Lewin (2011) destacam que, no caso de famílias imigrantes no Chile, a separação das famílias, ou o divórcio, acarreta a adoção de novos papéis para as mulheres que, além de cuidadoras dos filhos e da casa, assumem a responsabilidade pela manutenção econômica da família, modificando as relações com as crianças e distribuindo tarefas para a vida doméstica. Neste caso, modifica-se o conceito de mulheres frágeis e vulneráveis para responsáveis, fortes, lutadoras, atribuindo-lhes uma imagem positiva, bem como o reconhecimento pelo apoio e não abandono do lar. Consequentemente, a imagem masculina se altera para essas crianças, que não encontram nela segurança, o que desperta sentimentos de ansiedade, abandono e fragilidade nos vínculos afetivos.

As formas de ser mulher ou homem também estão presentes em novelas da televisão, as quais remetem a histórias com valores morais, estéticos e sociais das personagens femininas, atribuindo posturas cotidianas aos comportamentos dos membros das famílias (Vergara, Chávez e Vergara, 2010). Assim, conforme Salinas e Pavelic (2011, 2012), a construção de gênero está presente e é significada cotidianamente na cultura da sociedade. As pesquisadoras apontam que as práticas discursivas devem ser revistas para desconstruir a imagem de uma identidade de gênero demarcada, arraigada e imutável.

Sobre as crianças consumidoras, a pesquisa chilena destaca a estreita relação entre a mídia televisiva e a representação da infância em discursos publicitários. As crianças, nestes, são consideradas por meio de imagens e estereótipos, o que, segundo

Vergara et al. (2010), indica o reflexo dos discursos da sociedade sobre a infância. As crianças são apresentadas na propaganda como espertas, boas, responsáveis, possuindo uma autonomia relativa, a qual sempre é posta em negociação com os adultos.

A publicidade representa a infância a partir da visão de consumo, atribuindo autonomia econômica às crianças mediante a escolha dos produtos que desejam consumir. Elas são referidas como importantes para produção e reprodução de cultura e receptivas ao mercado de consumo infantil cultural e alimentício, em expansão. Além disso, os estudos de Vergara e Vergara (2010, 2011, 2012) indicam que as crianças são representadas como agentes sociais e não apenas como objetos subordinados à decisão adulta. As pesquisadoras destacam o consumo televisivo e a forma como as crianças interpretam e ressignificam os programas, além de problematizar os efeitos da indústria cultural e os discursos publicitários sexistas.

Além das pesquisas até aqui referidas, o campo dos Estudos da Infância nestes países contribui para compreender as categorias classe social e etnia, nos diversos temas relacionados a infância, abrangendo as complexas articulações entre a esfera privada da vida familiar e das instituições destinadas à educação e à proteção das crianças. Cabe ainda indicar a preocupação com as políticas da infância e com a elaboração de uma agenda política que tenha as crianças e a infância como pauta. A seguir, um exercício para identificar, na produção acadêmica, indicativos da relação entre o campo e as políticas sociais para a infância nestes três países.

3. Estudos da Infância e Políticas Sociais

Para Sünker e Moran-Ellis (2018: 173) a infância é um terreno disputado cientificamente e interdisciplinarmente, além dos diversos interesses particulares que se tem ao redor das crianças pelo viés do discurso de que “elas são o nosso futuro” sem ao menos consultá-las quando são assuntos que tratam de seus interesses. Isso quer dizer que as políticas sociais destinadas a infância são embasadas por discursos teóricos vigentes em direção a ações que visem o bem-estar e a proteção das crianças.

Gaitán Muñoz (2018) ressalta que, após três décadas da ratificação da CDC e dos avanços em relação aos direitos das crianças em seus primeiros anos de vida, ainda se observam tensões no que diz respeito à conquista de autonomia e à participação dos pequenos, na perspectiva de disciplinamento e controle. Nesta tarefa considera-se a importância da Sociologia da infância no âmbito acadêmico, científico e social para que com suas ferramentas e avanços teóricos se encontre elementos para modificar o debate e as práticas inseridas no plano político, social e cultural destinado à infância.

Unda Lara em entrevista para Equidad para la Infancia¹³ afirma que a Sociologia da infância ainda precisa ser mais divulgada na América Latina, principalmente no que se refere a instituições não acadêmicas, entre as quais encontra-se aquelas que são responsáveis para o desenho e implementação de políticas públicas e de efetivação dos direitos das crianças. Segundo o sociólogo equatoriano, mas que o interesse pelo pensamento sociológico sobre a infância tem-se evidenciado uma tendência de ampliação de engenharias sociais para sanar os problemas a ela relacionados, o que

¹³ Disponível em: <http://equidadparalainfancia.org/2010/04/Sociologia-de-la-infancia-a-20-anos-de-la-conven-cion-de-los-derechos-del-nino-entrevista-a-rene-unda/>

impacta “na definição adequada de certos orçamentos básicos para desenvolver uma Sociologia da infância”. Unda Lara (2004: 52) destaca que esta dificuldade ocorre devido a fatores relacionados:

a) el cúmulo de representaciones sociales, sistemas de creencias y lugares comunes ampliamente compartidos por franjas importantes de la sociedad que ha servido para abordar discursiva y operativamente las problemáticas de infancia, y b) una notoria dispersión, tanto de sentidos como de discursos y prácticas, con la que se ha intervenido en el campo de infancia.

Acrescenta ainda que estes fatores implicaram em ações relacionadas aos âmbitos afetivo/emotivo e espontâneo por parte das instituições que trabalham com setores mais vulneráveis da infância, além disso em termos de políticas sociais, o viés compensatório e assistencialista nos programas integrais e setoriais são predominantes e “nos casos dos Estados periféricos, são lógicas constituintes da espiral de empobrecimento na relação atual Norte-Sul” (Unda Lara, 2004: 53), o que contribui para reforçar as desigualdades sociais.

Na Argentina, a influência da Sociologia da infância na construção de políticas públicas da infância ainda é incipiente, entretanto por um lado identifica-se que os diálogos interdisciplinares dos estudos da infância têm contribuído com as discussões conceituais e ideológicas que definiram as estratégias e a implementação de políticas dirigidas à infância e, por outro, anuncia-se um longo caminho a ser percorrido para efetivação dos direitos das crianças. As publicações (Litichever; Magistris, 2013; Llobet, 2013a, 2013b; Llobet; Litichever; Magistris, 2012) destacam que as estratégias políticas expressam os modos pelos quais se reproduzem as diferenças sociais e as relações de dominação, principalmente no que se refere às crianças pobres. Além disso, ressaltam que o Estado apenas se preocupa com as crianças quando estas estão relacionadas a algum tipo de problema, deixando de lado questões ligadas à cidadania e à efetivação dos seus direitos.

No Brasil, a desigualdade social imprime características particulares às políticas sociais: por um lado, políticas de redistribuição de renda, como os programas Bolsa-Família¹⁴ ou Brasil Carinhoso,¹⁵ implementados nas últimas décadas; por outro, programas assistencialistas/familiaristas, principalmente em relação à educação infantil, que retiraram “dos(as) usuários (as) o pleno exercício de seus direitos, retirada que incide sobre aqueles segmentos sociais que dispõem de menos recursos” (Rosemberg, 2015: 232).

No que se refere às políticas sociais voltadas para as crianças pequenas, é principalmente a produção de Rosemberg (1993, 2006, 2006, 2010a, 2010b, 2015) que apresenta e analisa as ações e suas repercussões.

Rizzini e Couto constatam que, em relação às crianças em situação de rua,

[...] ainda existe uma grande invisibilidade política relacionada a este segmento, ou seja, embora a responsabilidade do estado sobre esta população esteja prevista em uma série de instrumentos legais e planos governamentais, os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua ainda carecem de aprimoramento, efetivação e monitoramento (Rizzini e Couto, 2019: 107).

¹⁴ Programa de transferência de renda do Governo Federal, criado em 2003, condiciona ajuda financeira à frequência das crianças na escola (Ver Pires, 2010; Santos, 2013).

¹⁵ Programa de transferência de recursos financeiros do Governo Federal, criado em 2012, destinado ao apoio de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com crianças de até seis anos de idade, na educação infantil, através da melhoria na educação, saúde e renda.

Também no Brasil há dispositivos voltados à garantia dos direitos das crianças e adolescentes e um conjunto de organismos municipais, estaduais e federais que busca atender suas demandas. Além disso, há avanços no campo legal e normativo, nos debates públicos e na produção acadêmica sobre a infância.

No Chile, as políticas públicas enfatizam a infância e a adolescência como uma etapa do ciclo de vida crucial para o desenvolvimento do capital humano. As publicações indicam que historicamente foram observadas mudanças de concepções de infância nas políticas sociais do país em decorrência das transformações decorrentes da globalização e do contexto neoliberal. As políticas da infância eram orientadas para os setores mais pobres e para crianças em situação de risco e vulnerabilidade, tendo como preocupação central do Estado políticas de proteção universal e integral dos direitos da infância. Autores como Rojas Flores (2010) e Pavez Soto (2012b) apontam que a Sociologia da infância tem aumentado sua visibilidade nas discussões do país juntamente com a Sociologia da juventude, campo já consolidado e demarcado nos debates sociais chilenos.

Os textos enfatizam a preocupação com a elaboração de uma agenda política voltada à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, na qual já se observa um conjunto de organismos públicos em nível nacional, regional e comunitário dirigidos às necessidades e os problemas das crianças e dos adolescentes.

4. Considerações finais

Apresentar, ainda que brevemente, a pesquisa e o alcance dos Estudos da Infância em três países da América do Sul, bastante diferentes entre si, mas que trazem as marcas das diferentes perspectivas políticas e sociais que os envolveram na segunda metade do século XX, é um exercício que nos permite reconhecer a pluralidade temática presente nos diferentes estudos referidos ao longo do texto.

Observa-se em alguns estudos um forte indicativo de interdisciplinaridade para melhor compreensão da infância nos processos de estruturação do campo. Além disso esse mapeamento revela a importância dos dados produzidos para embasar as políticas sociais direcionadas para infância, o que demonstra a dimensão política como influente nas produções deste campo científico.

Não se pretendeu esgotar a temática, nem constituir um estado da arte sobre a infância nos países focalizados, mas apontar os rumos das investigações e as concepções de infância presentes nas pesquisas, além de elementos indicativos da constituição de paradigma do campo. Os dados nos apresentam que, diferentemente da concepção universalista que considerava a criança/infância como uma massa homogênea e isolada, organizada em duas categorias, os alunos e os menores, a pesquisa recente sobre a infância reconhece uma ampla diversidade de temas a serem tratados e compreendidos. Ao mesmo tempo, revelam particularidades decorrentes de aspectos culturais, étnicos, migratórios, de alterações na(s) realidade(s) econômica(s) e política(s) de cada país.

A matriz europeia do campo dos Estudos da Infância oferece uma evidente contribuição à pesquisa na América do Sul, a partir de trabalhos que tratam das relações entre as gerações, da produção de culturas infantis, que reconhecem as crianças como um grupo social e que buscam conhecer “a posição desse grupo nos diversos contextos da vida cotidiana e nas estruturas de poder político e econômico” (Mon-

andon, 2001: 47). Pode-se observar que os principais conceitos do campo dos estudos sociais da infância não são suficientes para compreender contextos socioculturais regionais, ou, ao menos, estes precisam ser problematizados quando utilizados nesses contextos. Isto significa compreender que a diversidade étnica, os diferentes dialetos, as questões políticas, econômicas e sociais promovem infâncias plurais e modificam a maneira de ser menino e menina em cada país. As diversas maneiras pelas quais as crianças são teorizadas nos hemisférios norte e sul, desafia a promoção de avanços no campo para dar conta das diferenças que modificam a experiência da infância.

Nessa linha, constata-se que as questões e características sul-americanas têm sido promotoras de investigações que tornam visível a pluralidade de relações e práticas sociais que envolvem as diversas crianças dos três países apresentados, e, indo além, têm produzido conceitos que fazem avançar a pesquisa local. Dessa forma, por exemplo, protagonismo infantil, utilizado principalmente nos países de fala espanhola, não significa o mesmo que agência, conceito presente na literatura do hemisfério norte, embora ambos refram “la capacidad de niños y niñas, incluso de los más pequeños, de formarse sus propios juicios e intervenir activamente en la vida social” (Gaitán, 2015: 27). A pesquisadora comenta ainda que

[...] no resulta difícil encontrar coincidencias entre los debates sobre la posición de la infancia que se mantienen en los países angloamericanos y occidentales europeos, por un lado, con la discusión que se produce en América Latina sobre el protagonismo infantil, por otro (Gaitán, 2015: 28).

Sobre a maneira pela qual as crianças são investigadas, verifica-se a predominância da pesquisa qualitativa, da etnografia e da pesquisa microsociológica, embora as pesquisas macrosociais e estudos estatísticos também estejam presentes, como forma de entender a situação das crianças no continente.

O crescimento dos estudos com crianças, buscando escutá-las e acompanhá-las em seus contextos de ação social, rompendo com a centralidade do adulto nas pesquisas com crianças, com as fronteiras entre as disciplinas no estudo da infância caracterizam um movimento de consideração das crianças como atores sociais de pleno direito, que reforça o paradigma da infância. Em paralelo, “A nova compreensão da criança como ator apresenta, assim, à ciência, diversas formas e graus de dificuldade teórica [...]” (Marchi, 2017: 633), ou seja, como construção social, a infância está “sujeita a um constante processo de definição, de uma batalha social e política (tanto na esfera pública quanto na privada) por seu significado e valor” (Id, *ibid.*). Se é possível reconhecer uma maior visibilidade das crianças no campo acadêmico, pode-se perceber também a intenção de visibilizar os contextos ocupados pela infância na sociedade e as políticas sociais pertinentes.

Considerar as crianças como interlocutores na pesquisa proporciona um entendimento de suas vidas em diferentes contextos sociais como sob uma lente de aumento para revelar processos sociais, relacionamentos e problemas (Voltarelli, 2017). As publicações revelam a preocupação de não se produzir conhecimento *sobre* crianças, mas *com* crianças, e aproximar as informações obtidas nas investigações de questões que historicamente constroem sua invisibilidade social.

Dá para acrescentar o tratamento do trabalho infantil, estudos de crianças de diferentes etnias indígenas, crianças que vivem nas ruas (Marchi, 2017), que não com-

õem os conteúdos do hemisfério norte, mas que são presentes aqui, e que conferem novos elementos para a constituição do paradigma da infância.

Destaca-se o respeito para com as crianças nas pesquisas, tanto em relação ao seu consentimento/assentimento, quanto em sua participação como informante, com a possibilidade de influenciar a forma como ocorre a sua participação, configurando uma outra ética ao fazer pesquisa. Ou, nas palavras de Fernandes, “Entre as demandas éticas institucionais e aquelas que se estabelecem na relação com o outro-criança no processo de pesquisa, o pesquisador não tem, indiscutivelmente, uma tarefa simples” (Fernandes, 2016: 776). O que se verifica, no conjunto de pesquisas referidas ao longo do texto, são questões complexas, muitas vezes singulares, que constituem referências indispensáveis para o conhecimento da(s) infância(s) sul-americana(s).

Para finalizar, recorre-se a duas citações, uma de Clarice Cohn (2005: 33), antropóloga brasileira, e outra de Catarina Tomás (2007: 213), socióloga portuguesa, que dizem respectivamente: “as crianças não sabem menos, sabem outras coisas” e é na “identificação de convergências e divergências que se constrói um novo saber”.

5. Referencias bibliográficas

- Alvarado, S. V.; Llobet, V. (2013). Introducción. En V. Llobet (comp.), *Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión* (pp.27-32). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Alvim, M. R., Valladares, L. (1988). Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais*, 26, 3-43.
- Bandeira, L. A. M. (2002). As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 45(2), 135-146.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. En R.Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu – Sociologia* (pp. 122-155). São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP.
- Campos, R. F. (2012) ‘Política pequena’ para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. *Revista Brasileira de Educação*, 17(1), 81-105.
- Carli, S. (2010). Notas para pensar la infancia en la Argentina (1983-2001): figuras de la historia reciente. *Educación em Revista*, Belo Horizonte, 26(1), 351-381.
- Carli, S. (2011). El campo de estudios sobre la infancia en las fronteras de las disciplinas. Notas para su caracterización e hipótesis sobre sus desafíos. En I. Cosse, V. Llobet, C. Villalta, M. C. Zapiola, M. C. (Org.), *Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil, siglos XIX y XX* (pp. 31-56). Buenos Aires: Teseo.
- Castro, L. R. de (Ed.). (1998) *Infância e adolescência na cultura de consumo*. Rio de Janeiro: Nau.
- Castro, L. R. de (2004). *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj.
- Castro, L. R. de; Kosminsky, E. (2010). Childhood and its Regimes of Visibility in Brazil. An Analysis of the Contribution of the Social Sciences. *Current Sociology*, v.58(2), 206-231.
- Chávez P. I, Fuentes, C. B. (2010). Nuevas ciudadanía en espacios emergentes de participación. *Praxis. Revista de Psicología*, 2(18), 65-89.
- Cohn, C. (2005). *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Cohn, C. (2013). Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da Antropologia da Criança no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, 13(2), 221-244.
- Cosse, I., Llobet, V., Villalta, C., Zapiola, M. C. (Org.) (2011). *Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil, siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Teseo.
- Coutinho, A. M. S. (2016). Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. *Educativa*. Goiânia, 19(1), 762-773.
- Delgado, A. C. C., Müller, F. (2005). Apresentação. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 91, 351-360.
- Faria, A. L., Demartini, Z., Prado, P. (Eds.) (2002). *Por uma cultura da infância – metodologia de pesquisa com crianças*. São Paulo: Editora Autores Associados.
- Fernandes, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v.21, n. 66, 759-779.
- Fischer, R. M. B. (2001) *Televisão e educação – fluir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freitas, M. (1997). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Gaitán Muñoz, L. (2014). *De “menores” a protagonistas. Los derechos de los niños en el trabajo social*. Madrid: Consejo General del Trabajo Social.
- Gaitán, Muñoz L. (2015) Protagonismo en la infancia, o la participación de los niños en los procesos de intervención social. *Servicios Sociales y Política Social*. Vol. XXXII (107), 25-39.
- Gaitán Muñoz, L. (2018). Los derechos humanos de los niños: ciudadanía más allá de las “3Ps”. *Sociedad e Infancias*, 2, 17-37.
- Gentile, M. F. (2008). Ser niña o niño y ‘estar’ en la calle. Género y sociabilidad. En J. Pojomovsky (Org), *Cruzar la calle*. TOMO 2: Vínculo con las instituciones y relaciones de género en niños, niñas y adolescentes en situación de calle (pp.153-174). Buenos Aires, Espacio.
- Gentile, M. F. (2010). La interacción entre niños y jóvenes de sectores populares y los programas de inclusión social: aportes de una perspectiva relacional. En *Actas de las Jornadas: “Estado, familia e infancia en Argentina y Latinoamérica”: problemas y perspectivas de análisis (fines del siglo XIX-principios del siglo XXI)”* (pp.1-23). Museo Roca, ago.
- James, A., Prout, A. (1990). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood*. London: The Falmer Press.
- Kosminsky, E., Daniel, L. (2005). Toys and Games: Childhood in the Parque das Nações Favela. En L. Bass, L. (Ed.), *Sociological Studies of Children and Youth*, V. 10 (pp. 23-41). Special International Volume. Oxford: Elsevier.
- Lansdown, G. (1994). Children’s rights. En B. Mayall, *Children’s childhoods: observed and experienced* (pp 33-45). London, Falmer Press.
- Lenta, M. M. (2013). Niños y niñas en situación de calle: territorios, vínculos y políticas sociales. *Revista de Psicología*, 22(2), 29-41.
- Litichever, C. (2009). Chicos, Chicas y la Calle. *Cursiva*, Fundación Arcor; Rosario, año 3, n.5, 39-44.
- Litichever, C. (2012). Trayectoria institucional de chicos y chicas en situación de calle. *Perfiles Latinoamericanos*, 1, 143-164.
- Litichever, C., Magistris, G. (2013). Transformaciones institucionales en el campo de las políticas sociales para la niñez y la adolescencia. En V. Llobet (Coord.), *Sentidos de la exclusión social. Beneficiarios, necesidades y prácticas en políticas sociales para la inclusión de niños/as y jóvenes en el área metropolitana bonaerense* (pp. 51-72). Buenos Aires: Teseo.

- Llobet, V. (2006). ¿Retratos de niño? Políticas sociales y derechos de niñas/os en situación de calle. En S. Carli, *La cuestión de la infancia. Entre la escuela, la calle y el shopping* (pp.131-158). Buenos Aires: Paidós.
- Llobet, V. (2009). Las políticas sociales para la infancia, la psicología y el problema del reconocimiento. *Revista de Investigaciones en Psicología*, 14(2), 73-94.
- Llobet, V. (2010). *¿Fábricas de niños? Las instituciones en la era de los derechos*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico.
- Llobet, V. (2011a). Un mapeo preliminar de investigaciones sobre infancia y adolescencia en las ciencias sociales en Argentina desde mediados de la década de 1990. *KAIROS*, 15(28), 1-20.
- Llobet, V. (2011b). Las políticas para la infancia y el enfoque de derechos en América Latina: algunas reflexiones sobre su abordaje teórico. *Fractal: Revista de Psicología*, 23 (3), 447-460.
- Llobet, V. (2012). Una lectura sobre el trabajo infantil como objeto de estudio. A propósito del aporte de Viviana Zelizer. *Desarrollo económico – Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, 52(206), 311-328.
- Llobet, V. (2013a). Estado, categorización social y exclusión de niños, niñas y jóvenes. Aportes de los debates sobre la exclusión social a los estudios de infancia y juventud. In V. Llobet (Coord.), *Sentidos de la exclusión social. Beneficiarios, necesidades y prácticas en políticas sociales para la inclusión de niños/as y jóvenes en el área metropolitana bonaerense* (pp. 23-50). Buenos Aires: Teseo.
- Llobet, V. (2013b). La producción de la categoría “niño-sujeto-de-derechos” y el discurso psi en las políticas sociales en Argentina. Una reflexión sobre el proceso de transición institucional. En V. Llobet (Org), *Pensar la infancia desde América Latina. Un estado de la cuestión* (pp. 209-235). Buenos Aires: CLACSO.
- Llobet, V., Litichever, C., Magistris, G. (2012). La construcción del “beneficiario” en los programas sociales dirigidos a niñas, niños y adolescentes en el área metropolitana bonaerense. *Revista de Ciencias Sociales*, 138(4) 77-92.
- Lopes, J. J. M., Vasconcellos, T. (2005). *Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa*. Juiz de Fora: FEME.
- Macri, M. (2010). *Trayectorias socioeducativas y laborales de niños y adolescentes trabajadores*. Argentina: UBASociales.
- Macri, M. (2013). Trabajos infantiles e Infancias: Deconstruir mitos para ganar derechos. *Revista Infancias de Latinoamérica-Culturas y Derechos*, 1, 1-10.
- Marchi, R. C. (2007). *Os sentidos (paradoxais) da infância nas Ciências Sociais: um estudo de Sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Marchi, R. C. (2017) A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, 12 (2), 617-637.
- Marcílio, M. L. (1998) *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Marre, D. (2013). De infancias, niños y niñas. Prólogo. En V. Llobet (compiladora), *Pensar la infancia desde la América Latina: un estado de la cuestión* (pp. 9-25). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 9-25.
- Martins, J. S. (ed.) (1993) *O massacre dos inocentes – a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Merklen, D. (2005). *Pobres ciudadanos. Las clases populares en la era democrática* (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla.
- Milstein, D. (2009). Infancias y política en la antropología de la educación argentina. *Avá. Revista de Antropología*, 15, 307-314.

- Milstein, D. (2010). Children as Co-Researchers in Anthropological Narratives in Education. *Ethnography and Education*, 5(1), 1-15.
- Milstein, D. (2011). *Encuentros etnográficos con niños y adolescentes. Entre tiempos y espacios compartidos*. Buenos Aires: Miño y Dávila editores.
- Montandon, C. (2001). Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 33-60.
- Moraes, R. V. (2007) *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília, UNESP.
- Nascimento, M. L. B. P et al. (2013). *Infância e Sociologia da infância: entre a invisibilidade e a voz*. Relatório Científico. São Paulo: FEUSP/ CNPq.
- Nunes, Ângela (1999) *A sociedade das crianças A'uwê-Xavante: por uma antropologia da criança*. Lisbon: Instituto de Inovação Educacional.
- Pacheco, E. D. (1998). *Televisão, criança, imaginário e educação: dilemas e diálogos*. Campinas: Papirus.
- Padawer, A. (2010a). Tiempo de estudiar, tiempo de trabajar: la conceptualización de la infancia y la participación de los niños en la vida productiva como experiencia formativa. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, 16(34), 349-375.
- Padawer, A. (2010b). La reproducción del conocimiento tradicional indígena Mbyá en un espacio social rural en transformación. *Amazônica*, 2(2), 190-218.
- Padawer, A. (2011a). Experiencias formativas de niños y niñas de comunidades indígenas. En G. Novaro (Comp.), *Niños indígenas y migrantes: procesos de identificación y experiencias formativas* (pp. 73-88). Buenos Aires: Biblos.
- Padawer, A., Enriz, N. (2009). Experiencias formativas en la infancia rural mbyá-guaraní. *Avá. Revista de Antropología*, 15, 315-332.
- Pavelic, M. R., Salinas, S. C. (2012). Reflexiones en torno a la masculinidad hegemónica en niños de una escuela rural de Chile. *Psicoperspectivas*, 11(1), 158-179.
- Pavez Soto, I. (2007). Los derechos humanos de la infancia desde una perspectiva de género. *Revista Política Pública*. 1.
- Pavez Soto, I. (2010a). Los derechos de las niñas y los niños peruanos migrantes en Chile. *Revista El Observador*, Servicio Nacional de Menores (SENAME), Gobierno de Chile, 6, 62-80.
- Pavez Soto, I. (2010b). Los derechos de las niñas y niños peruanos en Chile: La infancia como un nuevo actor migratorio. *Revista Enfoques*, 3(12), 27-51.
- Pavez Soto, I. (2012a). Yo quería conocer más mundo: La migración infantil vista por las niñas y los niños peruanos en Santiago de Chile. *Cuadernos de Trabajo Social*. Departamento de Trabajo Social, Universidad Tecnológica Metropolitana, 5, 67-81.
- Pavez Soto, I. (2012b). Sociología de la Infancia: las niñas y los niños como actores sociales. *Revista de Sociología. Departamento de Sociología*, Universidad de Chile, 27, 81-102.
- Pavez Soto, I., Lewin, K (2011). Infancia e inmigración en Chile: hacia un estado del arte. *Revista AMMENTU*, 14, 254-267.
- Peña Ochoa, M. (2004). ¿Quién es el niño? Revisión y análisis de algunos conceptos teóricos relevantes para el acercamiento a la infancia que se educa en Chile. *REXE. Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, 1(5), 75- 88.
- Peña Ochoa, M. (2010). Hacia una Recuperación de la Subjetividad en el Proceso de Conocer en el Contexto Escolar: la pregunta por el saber en niños y niñas de educación básica chilena. *Estudios Pedagógicos*, 36(2), 195-211.

- Pires, F. F. (2010). Geração Bolsa Família: as crianças, suas famílias e os impactos sociais de uma política pública no semiárido nordestino brasileiro. *Do ponto de vista das crianças: Pesquisas Recentes em Ciências Sociais*, Anais 34^a. Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.
- Prado, R. L. C. (2009). *O tema do trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos (as): uma interpretação ideológica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Prado, R. L. C. (2013). Trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos: uma interpretação ideológica. *Estudos de Psicologia*. Campinas. 30(1), 101-110.
- Priore, M. del (1991). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Priore, M. del (1999). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Quinteiro, J. (2002a). Infância e educação no Brasil: um campo de estudo em construção. En A. L. G. Faria, Z. B. F. Demartini, Z.B.F, P. Prado (Org.), *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças* (pp.19-48). Campinas: Autores Associados.
- Quinteiro, J. (2002b). Sobre a Emergência de uma Sociologia da infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*. Florianópolis, 20, 137-162.
- Qvortrup, J. (1995). From useful to useful: the historical continuity of children's constructive participation. En A.-M. Ambert (Ed.), *Sociological Studies of Children*, 7, 49-76.
- Qvortrup, J. (2011). Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*, 22(1), 199-211.
- Rizzini, I. (Org.) (1993). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula
- Rizzini, I., Couto, R. M. B. (2019). População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, 19(1), 105-122
- Rizzini, I., Neumann, M. M., Cisneros, A. (2009). Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, 21, 1-13.
- Rodríguez Pascual, I. (2000). ¿Sociología de la infancia? Aproximaciones a un campo de estudio difuso. *Revista Internacional de Sociología*, 58(26), 99-124.
- Rojas Flores, J. (2010). *Historia de la infancia en el Chile Republicano, 1810-2010*. Santiago: Junta Nacional de Jardines Infantiles, JUNJI.
- Rosemberg, F. (1993). O discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 87, 71-81.
- Rosemberg, F. (2006). Criança pequena e desigualdade social no Brasil. Em M. C. Freitas, (Org.), *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude* (pp. 49-85). São Paulo: Cortez.
- Rosemberg, F. (2008). Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. En R. G. Oliven, M. Ridenti, M., G. M. Brandão (Org.), *A Constituição de 1988 na vida brasileira* (pp. 296-333). São Paulo: Hucitec.
- Rosemberg, F. (2010 a). Educação infantil pós-Fundeb: avanços e tensões. Em Gizele de Souza (Org), *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais* (pp. 171-186). São Paulo: Contexto.
- Rosemberg, F. (2010b). Estudos sociais sobre a infância e direitos da criança. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 689-691.
- Rosemberg, F. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. A. Artes, A., S. Unbehau, *Escritos de Fúlvvia Rosemberg* (pp. 216-238). São Paulo: Cortez.
- Rosemberg, F., Freitas, R. R. (2002). Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação. *Educação e Realidade*, 27, 95-125.

- Rubiatti, B. de C. (2014). Descentralização e centralização na Federação Argentina. *CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA*. Universidade Federal do Piauí. 3(2), 6-25.
- Salinas, S. C., Pavelic, M. R. (2011). Análisis de textos literarios infantiles: avanzando en la desconstrucción de códigos patriarcales. *Estudios Feministas*. Florianópolis, 19(2), 573-590.
- Salinas, S. C., Pavelic, M. R. (2012). Saber campesino: otra forma de experimentar la escuela rural. *Estudios Pedagógicos*, 33(1), 367-381.
- Santos, P. O. S. (2013). As crianças e o programa bolsa família: uma abordagem etnográfica. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis.
- Sánchez Parga, J. (2004). *Orfandades infantiles y adolescentes. Introducción a una sociología de la infancia*. Abya-Yala, Maestría en Política Social para Promoción de la Infancia y Adolescencia, Red Latinoamericana de Maestrías Infancia, UPS, Quito.
- Silva, A. L., Macedo, A., Nunes, A. (eds) (2002). *Crianças indígenas – ensaios antropológicos*. São Paulo: Global Editora.
- Silva, A. L. (Ed.) (1987). *A questão indígena na sala de aula*. São Paulo: Brasiliense.
- Singlau, F. A. (2015). ¿Niños, niñas y adolescentes “de la calle”, “en la calle”, o “en situación de calle”? Una aproximación conceptual. *Cuadernos Universitarios Publicaciones Académicas de la Universidad Católica de Salta*, 8, 51-62.
- Soares, N. F. (2005). Os Direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, 7 (12). Disponível em periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/2100/1780. Acesso em 13/08/2009.
- Souza, S. J. (Ed.) (2000). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Sünker, H., Moran-Ellis, J. (2018). Nuevos estudios de infancia, política de infancia y derechos de los niños y niñas. *Sociedad e Infancias*, Norteamérica, 2, ago, 171-188.
- Szulc, A. (2008). Antropología y Niñez. *Diccionario Latinoamericano de Bioética*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, UNESCO y Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética, 603-606.
- Szulc, A. (2011). Yo peleo con la maestra. Experiencias escolares de los niños mapuche del Neuquén. En M. Paladino, S. M. García (Comp.), *La escolarización en los Pueblos Indígenas Americanos: Impactos y Desafíos* (pp. 405-429). Quito; Abya Yala.
- Szulc, A. (2013). Eso me enseñé con los chicos. Aprendizaje entre pares y contextualizado, entre niños mapuche del Neuquén. *Boletín de Antropología y Educación*, 4(6), 37-43.
- Szulc, A. (2014). Diversidad, Educación y Niñez. Aportes desde la antropología. *Novedades Educativas*. Buenos Aires; 284, 29-39.
- Szulc, A., Cohn, C. (2012). Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. *AnthropoChildren*; 1, 1-17.
- Tomás, C. (2007). *Há muitos mundos no mundo...Direitos da Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças - diálogos entre crianças de Portugal e Brasil*. Tese (Doutorado em estudos da criança) – Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Unda Lara, R. (2004). Sociología de la infancia y política social: ¿Compatibilidades posibles? *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas* [en línea], 47-68.
- Unda Lara, R. (2009). Perspectivas teóricas de la sociología de la infancia en América Latina. *FARO, Revista de la Unidad de Posgrados de la UPS*, 1, 10-30.
- Vasconcelos, M. F., Freitas, M. G. (Eds.) (2005). *Cultura lúdica, discurso e identidades na sociedade de consumo*. Fortaleza: Expressão Gráfica.
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camada populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus.

- Vergara, A. (2001). Cambios culturales e infancia en Chile. En R. Aceituno (Ed.), *Psicoanálisis y Derecho: Infancia, filiación y sexualidad* (pp. 49-57). Ediciones Universidad Diego Portales, Santiago, Chile.
- Vergara, A. (2004). Infancia en el Chile actual: conflictos culturales e investigación social. En A. Vergara, J. Bustos, J. (Ed.), *“Esa oscura vida radiante”: Juventud, Infancia y nuevas identidades culturales* (pp. 125-146). Concepción: Escaparaté.
- Vergara, A. (2008b). Guardianes del valor: peligrosidad e higiene moral en niños y jóvenes de sectores pobres de Santiago. En G. C. Pinzón, Y. Garay, Y., R. Suárez (Ed.), *Para cartografiar la diversidad de los jóvenes* (pp. 105-122). Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia.
- Vergara, A. D. S., Chávez, P., Vergara, E. (2010). Televidencia y vida cotidiana de la infancia. Un estudio de casos con niños y niñas de Santiago. *Polis*, 9 (26), 371-396.
- Vergara, A., Barros, P. (Ed.) (2008a). *Niñ@s y jóvenes en el Chile de hoy: su lugar en los nuevos contextos familiares*. Santiago: LOM y Universidad Diego Portales.
- Vergara, A., Vergara, E. (2011). Representación de la infancia en el discurso publicitario. Un análisis de caso de la publicidad en Chile. *Comunicar*, 1134-3478.
- Vergara, A., Vergara, E. (2012). Representación de la infancia em el discurso publicitario en Chile. *Comunicar*, 19(38), 167-174.
- Voltarelli, M. A. (2017). *Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da Sociologia da infância*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ziccardi, A. (2001). *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales en América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

